

# Literatura e Ciências Sociais

## *Literature and the social sciences*

**Luciana Teixeira de Andrade<sup>1</sup>**

### Abstract

This article discusses the ways social scientists employ literary works and it includes some of the main criticisms of this practice. In order to demonstrate that the challenges to social sciences posed by artistic and literary sources are not that different from the challenges inherent in other research sources, the article explores the concepts of *document* and *representation*.

**Keywords:** document, representations, literature and social sciences

### Resumo

Este artigo discute os usos de obras literárias pelos cientistas sociais e algumas críticas que lhes são dirigidas. Para tanto, aborda os conceitos de documento e representações, com o objetivo de mostrar que os desafios que expressões artísticas como a literatura colocam para os cientistas sociais não são tão diferentes dos desafios presentes na interpretação de outras fontes de pesquisa.

**Palavras-chave:** documento, repre-

Vários trabalhos nas áreas das ciências sociais têm como objeto de estudo ou fonte de pesquisa obras literárias, seja como uma opção metodológica que permita uma maior aproximação da subjetividade da época e de seus atores sociais, seja como um recurso necessário e complementar a outras fontes. As crônicas, as obras autobiográficas e as ficcionais com traços autobiográficos estão entre as mais utilizadas pelos cientistas sociais pela sua capacidade de expressar a vida cotidiana e os valores da época.

Entretanto, essa aproximação (ou melhor, reaproximação)<sup>2</sup> das ciên-

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia e do Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades da PUC Minas.

<sup>2</sup> Lepenies mostra que a distinção entre ciência e literatura não existiu desde sempre. Até o final do século XVIII, não havia uma divisão bem estabelecida entre os modos de produção da literatura e os do trabalho científico. Vários foram os movimentos, seja de aproximação - dos escritores com a ciência, como em Balzac, Flaubert, Baudelaire e Zola - seja de distanciamento - a literatura querendo contrapor-se à "fria racionalidade" da ciência, e esta querendo afastar-se da literatura, ou da "cultura dos sentimentos". LEPENIES, Wolf. *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

cias sociais com a literatura vem gerando muitas controvérsias, seja entre os próprios cientistas sociais, seja entre os teóricos da literatura. Aqui nos basearemos principalmente na crítica destes últimos aos cientistas sociais, não só na crítica, mas também na insistência em relação à demarcação das fronteiras e das diferenças, ou seja, a afirmação da especificidade do discurso literário e as suas diferenças em relação à história e ao que tradicionalmente denomina-se documento.

Em relação à utilização das obras literárias como fonte de pesquisa, as principais críticas podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) visão instrumentalista da linguagem: linguagem é aquilo que serve para transmitir ou testemunhar alguma coisa<sup>3</sup>; 2) concepção documental da literatura: "um documento confirmador da existência de algo a ela prévio"<sup>4</sup>; 3) concepção mimética e realista: a literatura espelha a estrutura da sociedade; 4) desconsideração da plurivocidade e do caráter ambíguo típicos da obra de arte<sup>5</sup>.

Como se pode ver, quase todas as críticas centram-se na tendência reducionista das análises realizadas pelas ciências sociais ou, dito de outra forma, na leitura realista que reduz a literatura a um documento da realidade, desconsiderando sua especificidade enquanto discurso, sua "territorialidade discursiva"<sup>6</sup>.

A autobiografia, por exemplo, está na fronteira entre a ficção e a história, não podendo ser identificada plenamente com nenhuma delas nem com o documento histórico. Segundo Costa Lima, na autobiografia "o leitor parte do suposto de que o relato é feito de boa-fé"<sup>7</sup>. Boa-fé, no entanto, não deve se confundir com relato verdadeiro nem com documento histórico, pois a autobiografia é "apenas o testemunho do modo como alguém se via a si mesmo"<sup>8</sup>. E, ainda que nem sempre as fronteiras entre os discursos autobiográfico, histórico e ficcional sejam muito nítidas, não se pode considerá-los formas discursivas indistintas. A autobiografia e a ficção distinguem-se pelo papel diferenciado que conferem ao eu. Nesta última, "o eu empírico do escritor é um suporte da invenção", e na autobiografia "é a fonte das experiências que tentará transmitir"<sup>9</sup>. Com relação à história, a

<sup>3</sup> LIMA, Luiz Costa. "A Análise Sociológica", in: *Teoria da Literatura em suas Fontes*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 296.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 297.

<sup>5</sup> LIMA, Luiz Costa. "Debate em torno do livro *Sociedade e Discurso Ficcional* de Luiz Costa Lima". *Anais*. 1º e 2º Simpósios de Literatura Comparada. Belo Horizonte, UFMG, 1987, p. 487-8. Aqui nos basearemos quase que exclusivamente em Luiz Costa Lima, que no Brasil é quem mais combate o reducionismo sociológico, dirigindo suas críticas não apenas aos cientistas sociais, mas também a alguns de seus colegas de área.

<sup>6</sup> As marcas próprias de cada tipo de discurso. LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986, p. 74 e 247-8.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 253.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 294.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 300.

diferença está nas distintas pretensões à "verdade": enquanto o historiador "tem e deve ter a pretensão de oferecer a 'verdade' sobre seu objeto", o autobiógrafo "não pode dizer senão que apresenta um testemunho de boa-fé, i. e., que é assim que sente haver sido em certa situação ou haver presenciado tal acontecimento"<sup>10</sup>. Trata-se, na autobiografia, de uma visão personalizada da história.

A autobiografia também se contamina com o trabalho das imagens, mas, diferentemente da ficção, não pode "se entregar, em sua inteireza, à sua proliferação"<sup>11</sup>.

Se a autobiografia está limitada quanto à vazão que a ficção pode dar às imagens, tampouco constitui um espelho fiel da realidade. A autobiografia pressupõe um autor que procura dar sentido à sua vida e aos acontecimentos de alguma forma presenciados, o que envolve diversos processos seletivos, além de julgamentos sobre a importância dos acontecimentos e das pessoas<sup>12</sup>. Segundo Lima,

(...) memórias e autobiografias são substitutos dos espelhos. Se estes, metálicos e implacáveis, assinalam o desgaste dos traços, o torpor dos olhos, a redondez do ventre, fechamo-nos contra a maldade dos espelhos e procuramos nos rever no que fomos, como se o percurso da antiga paisagem nos capacitasse a nos explicar ante nós mesmos<sup>13</sup>.

Miranda<sup>14</sup>, como Lima, analisa as fronteiras, ainda que frágeis, entre a autobiografia, a história e a ficção. Para ele, o que distingue a primeira é o "pacto autobiográfico" entre autor e leitor, que determina o modo de leitura do texto. O paradoxo da autobiografia é que ela pretende ser "simultaneamente um discurso verídico e uma forma de arte"<sup>15</sup>. Chama também a atenção para os romances nos quais as fronteiras entre o autobiográfico e o ficcional são bastante tênues, fazendo com que o leitor fique em dúvida "a respeito da identidade ou não entre sujeito e objeto da narração"<sup>16</sup>.

Assim como o ficcional e o poético costumam "invadir" o espaço do autobiográfico, este também invade o espaço do ficcional. Isso ocorre em vários romances modernistas brasileiros, obras assumidamente ficcionais, mas com nítidos traços autobiográficos<sup>17</sup>.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 302.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>12</sup> BECKER, Howard S. "Falando Sobre a Sociedade, In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Hucitec, 1993b, p. 102 e ALBERTI, Verena. "Literatura e Autobiografia: A Questão do Sujeito na Narrativa". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p.77.

<sup>13</sup> LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986, p. 244.

<sup>14</sup> MIRANDA, Wander Melo. *Corpos Escritos*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: UFMG, 1992.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>17</sup> SANTIAGO, Silvano. "Prosa Literária Atual no Brasil". In: *Nas Malhas da Letra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Na perspectiva da análise social que se procura explicitar aqui, o que mais interessa são as construções de representações ou imagens, seja de um grupo, de uma cidade ou de uma determinada época. Esse enfoque das representações distancia-se da tendência realista que vê na obra de arte um simples espelho da realidade social.

O conceito de representação já foi muitas vezes compreendido como uma reprodução do real, o que certamente é um equívoco. Toda representação se refere ao real, mas não simplesmente o espelha, ela o reconstrói de uma outra maneira<sup>18</sup>. Qualquer realidade social, ao ser transportada para a literatura e, conseqüentemente, passar pela subjetividade do autor, aparece transformada nas representações<sup>19</sup>.

Para Becker, toda representação implica quatro operações: 1) *Seleção*: todos os meios (literatura, sociologia, filmes, mapas, gráficos etc) deixam de lado grande parte da realidade. Os meios visuais, por exemplo, não incorporam a terceira dimensão e os odores, as representações escritas deixam de lado os elementos visuais e assim por diante. 2) *Tradução*: passagem da realidade para os materiais e linguagens convencionais de cada meio. 3) *Arranjo*: uma vez selecionados e traduzidos, os elementos da realidade devem ser organizados a partir de algum tipo de ordem, que tanto é arbitrária, uma vez que "*poderia ter sido feita de outra maneira*", quanto determinada pelos modos padronizados de fazer as coisas. 4) *Interpretação*: as representações "*só têm existência completa quando alguém as está usando, lendo ou assistindo, ou escutando e, assim, completando a comunicação através da interpretação dos resultados e da construção para si próprio da realidade que o produtor pretendeu mostrar*"<sup>20</sup>

As operações de seleção, tradução e arranjo fazem com que toda representação seja necessariamente parcial, "*menor do que aquilo que se poderia vivenciar e achar disponível no ambiente real. É por isso que as pessoas fazem representações: para relatar somente aquilo que é necessário para fazermos o que nos propusemos a fazer*"<sup>21</sup>.

A linguagem e as representações *fazem as coisas* no sentido de que criam um mundo<sup>22</sup>. O modernismo, por exemplo, ao se rebelar

<sup>18</sup> Essa segunda concepção de representação é a que já aparece em "De Quelques Formes Primitives de Classification", de Durkheim e Mauss. DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. *Algumas Formas Primitivas de Classificação*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiróz, s.d., (Mimeo).

<sup>19</sup> Costa Lima chama a atenção para essa ambigüidade presente no termo representação - que pode significar tanto designação (*Bezeichnung*) quanto remissão (*Verveisen*) -, para mais uma vez falar da especificidade da arte, que, ao representar a realidade, não a está designando mas fazendo-lhe uma remissão. Para o leitor, essa representação remissiva implica uma mudança de orientação em relação à realidade. LIMA, Luiz Costa. "Debate", in: D. C. Riedel (org.), *Narrativa: Ficção e História*. Rio de Janeiro, Imago, 1988, p. 273-4.

<sup>20</sup> BECKER, Howard S. "Falando Sobre a Sociedade", in: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Hucitec, 1993.

<sup>21</sup> Idem, p. 140.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. "Pontos de Referência", in: *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 71.

contra as antigas formas de representação, estava mudando as coisas: uma mudança nas representações é também uma mudança nas coisas.

Antes de abordar o tema principal deste artigo, ou seja - apesar das suas especificidades, os desafios que expressões artísticas como a literatura colocam para os cientistas sociais não são tão diferentes dos desafios presentes na interpretação de outras fontes de pesquisas -, vejamos como alguns cientistas sociais abordaram as relações da arte com a realidade. Essas análises podem fornecer elementos importantes à discussão aqui proposta.

Através das noções de forma e conteúdo, Simmel mostra que os mesmos conteúdos podem ser apreendidos através de diferentes formas de conhecimento, que irão constituir as distintas "províncias axiológicas"<sup>23</sup>. A arte, a religião e a ciência são algumas dessas províncias. Cada uma delas tem como características o desenvolvimento de uma linguagem específica e o corte com a realidade cotidiana, de modo a conformar uma unidade com um sentido próprio.

De maneira bastante semelhante à de Simmel, Schutz desenvolve o conceito de "províncias finitas do significado", inspirado na constatação, de William James, da existência de diversas ordens de realidade, cada uma constituindo um subuniverso: o mundo dos sentidos ou coisas físicas, da ciência, da religião, da mitologia etc. A substituição do conceito de subuniversos de James por "províncias finitas do significado" tem para Schutz o objetivo de enfatizar "que é o significado de nossas experiências e não a estrutura ontológica dos objetos que constitui a realidade"<sup>24</sup>.

Cada "província finita do significado" tem como características próprias: um estilo cognitivo; uma tensão de consciência - "desde o alerta total com relação à realidade da vida cotidiana até o sono no mundo dos sonhos"; um *epoché*<sup>25</sup>; uma perspectiva de tempo; uma forma de vivenciar a si próprio e uma forma de socialização. A transição de uma província para outra se dá através de um choque que implica um rompimento com os seus limites e a alteração da tensão de nossa consciência, ou seja, ela nos impele a mudar o acento de uma realidade para outra. Isso acontece quando adormecemos, quando uma peça de teatro começa ou termina, quando contemplamos um quadro, quando lemos uma obra de ficção ou quando ouvimos uma piada<sup>26</sup>.

O que comumente chamamos de realidade é algo extrema-

<sup>23</sup> SIMMEL, Georg. "El Ator y la Realidad", in: *El Individuo e la Libertad: Ensayos de Crítica da la Cultura*. Barcelona, Ediciones Península, 1986a, p. 180.

<sup>24</sup> SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 248.

<sup>25</sup> "A suspensão da crença nas características ontológicas dos objetos, fatos etc, vivenciados. Cada reino básico da experiência humana (vida cotidiana, ciência etc) tem seu *epoché particular*". Schutz, op. cit. p. 312.

<sup>26</sup> Idem.

mente caótico e em constante fluxo, cuja compreensão necessita de algum tipo de conformação e ordenamento, seja através de normas, estilos, conceitos ou sistemas. Ao fazer isso, toda forma de conhecimento acaba por se distanciar do mundo imediatamente dado. Nesse sentido, o que muitas vezes é reivindicado como algo específico da arte - a sua distância em relação à realidade - é, na verdade, algo comum às diferentes formas de conhecimento.

Segundo Simmel, o artista é o criador de um mundo novo<sup>27</sup> que, embora se assemelhe à realidade, corresponde a uma realidade interna, tal como é experimentada pelo artista:

*"La realidad experimentada (...), é esencialmente una realidad interna. Las palabras del poeta exigen una reconstrucción a partir de la experiencia psicológica (...)"*. E completa: *"La realidad anímicamente vivida se convierte en imagen, al igual que para el pintor la impresión del mundo corporal experimentada sensorialmente se convierte en imagen (...)"*<sup>28</sup>.

Se, contudo, a arte é essencialmente a criação de um mundo novo, distante do real, ela, por um outro movimento, aproxima-nos desse mesmo real, traz-nos de novo à vida na medida em que nos estimula a vê-lo de forma transformada. A arte está nessa tensão constante entre distância e proximidade da realidade:

*"Todo arte modifica la amplitud de la medida en la que originaria y naturalmente nos situamos con respecto a la realidad. Por una parte, el arte nos acerca esta última, nos pone en una relación inmediata con su sentido auténtico y más interno, tras la fría extranjería del mundo externo nos descubre la animación del ser, a través de la cual nos es familiar y comprensible. Pero junto a esto, todo arte establece un alejamiento de la inmediatez de las cosas, hace retroceder la concreción de los estímulos y extiende un velo entre ellos y nosotros (...). A ambos lados de esta contraposición se anudan estímulos de igual fuerza; la tensión entre éstos, su distribución sobre la multiplicidad de las pretensiones en la obra de arte, da a cada estilo artístico su propio cuño"*<sup>29</sup>.

A arte, como as demais formas de conhecimento, constrói representações da realidade que não devem ser compreendidas como espelho ou retrato da realidade na medida em que guardam uma distância desta. Mas, ao mesmo tempo, a arte tem essa capacidade de nos chamar de novo à vida, estimular-nos a ver de forma transformada a realidade com a qual lidamos cotidianamente.

<sup>27</sup> SIMMEL, Georg. "El Ator y la Realidad", in: *El Individuo e la Libertad: Ensayos de Critica da la Cultura*. Barcelona, Ediciones Península, 1986a, p. 204.

<sup>28</sup> Idem, p. 204-206.

<sup>29</sup> SIMMEL, Georg. "Estética Sociológica", in: *El Individuo y La Libertad: Ensayos de Critica de La Cultura*. Barcelona, Ediciones Península, 1986b, p. 224.

Retomemos agora a questão das territorialidades discursivas. Segundo Costa Lima, cada discurso supõe uma territorialidade, certas marcas que deverão indicar ao leitor ou ouvinte como ele deverá ser recebido:

*"Cada discurso (ficcional, literário, religioso, científico, dos média) traz marcas próprias, que exigem recepções diferenciadas. Infringí-las compromete a própria interação esperável. Nada impede, por certo, que um discurso se aproprie ou contenha marcas de outro, por um procedimento tanto consciente quanto inconsciente"<sup>30</sup>.*

Uma comparação entre duas territorialidades distintas - os discursos literários e os discursos científicos das ciências sociais - ajuda-nos a compreender melhor suas especificidades. Escritores e cientistas sociais vivem em um mesmo mundo, às vezes compartilham o mesmo grupo social, podem compartilhar também determinadas experiências e muitas vezes escrevem sobre os mesmos temas. Logo, tanto as ciências sociais quanto a literatura podem estar interessadas em apreender os mesmos conteúdos. Mas isso não significa que cientistas sociais e escritores compartilhem os mesmos métodos. Tratam-se de diferentes formas de compreensão do mundo social, com diferentes relações com a realidade.

As obras autobiográficas, quando comparadas com as pesquisas dos cientistas sociais, mostram uma maior liberdade em relação à descrição e interpretação dos fatos. E, ainda que tenham sido precedidas por algum tipo de pesquisa, falta-lhes o rigor de um estudo histórico ou sociológico. Até porque não é esse o seu objetivo. Enquanto a produção literária não temeria sacrificar a informação pelo estilo, as disciplinas científicas fazem o contrário. E, ainda que possamos achar que tudo isso sejam convenções, não há como fugir ao fato de que são justamente as convenções que fazem com que uma obra seja reconhecida pelos leitores como literária ou científica.

Toda linguagem é empregada segundo determinadas convenções; enquanto a história segue a "convenção da veracidade", a literatura segue a "convenção da ficcionalidade"<sup>31</sup>. Um mesmo enunciado

<sup>30</sup> LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986, p. 74.

<sup>31</sup> A convenção da veracidade estabelece que os membros de determinada comunidade linguística aceitem: "primeiro, que o falante se compromete com o 'dito' pelo discurso e que assume a instância de enunciação que o sustenta (por isso, o falante pode mentir ou estar exposto à desconfiança do ouvinte); e, segundo, que o enunciante espera que seu discurso seja interpretado mediante uma relação 'extensional' com os objetos, entidades e acontecimentos dos quais fala (por isso, o falante fica exposto ao erro)." Já a convenção da ficcionalidade implica a aceitação "primeiro, que o falante não se compromete com a verdade do 'dito' pelo discurso (por isso, o falante não está exposto à mentira); e, segundo, não espera que seu discurso seja interpretado mediante uma relação 'extensional' com os objetos, entidades e acontecimentos dos quais fala (por isso, o enunciante não está exposto ao erro)". MIGNOLO, Walter. "Lógica das Diferenças e Políticas das Semelhanças: da Literatura que Parece História ou Antropologia, e Vice-versa", in: L. Chiappini e F. de A. Wolf (orgs.), *Literatura e História na América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1993, p. 123.

pode ser encontrado tanto em um livro de história quanto em um romance. A diferença é que, no primeiro, estará dentro da convenção da veracidade e, no segundo, da convenção da ficcionalidade.

Outra questão diz respeito ao que, em ciência social, se chama de recorte da realidade estudada. Como não se pode estudar a realidade social como um todo, o cientista realiza um corte, que em geral é explicitado logo no início de qualquer estudo. Já a literatura não precisa explicitar formalmente o seu recorte. Cabe, então, ao pesquisador interessado no estudo da literatura saber como os escritores recortaram a realidade. Da diversidade de aspectos que ela comporta, o que eles escolheram para nos mostrar e o que não nos mostraram.

Diferentemente da literatura, as ciências sociais manifestam um compromisso maior com a realidade social - ainda que esta seja construída pelos atores sociais e interpretada pelos cientistas sociais de diferentes maneiras. A literatura inventa, ficcionaliza o real, mesmo que não necessariamente minta (fictício). Os artistas têm muito mais liberdade para exagerar na cor e nas impressões que os cientistas sociais. Estes estão muito mais presos a uma fidelidade ao real do que a arte. Não são, portanto, os temas que afastam e distinguem as ciências sociais da literatura, mas as formas de compreender e descrever a realidade e o tipo de conhecimento e de *insight* que cada uma pode produzir e provocar.

As precauções em relação às territorialidades discursivas são importantes quando se analisa a literatura, não o são menos ao se analisarem outros tipos de discursos, documentos ou dados, até mesmo os estatísticos. Trata-se, portanto, de uma questão que se relaciona com a forma de abordar a fonte de pesquisa, e não com a fonte em si.

O que em ciência social chamamos de "dados" não nos são "dados" naturalmente. São, na verdade, ou produzidos pelo pesquisador, ou por outras pessoas da sociedade. E, na sua maioria, exigem outros elementos que explicitem o que eles mostram e o que escondem. Tomemos o exemplo das estatísticas oficiais do crime. Elas não podem ser consideradas um retrato fiel da criminalidade real, mas, uma vez feitas as ressalvas, podem ser tratadas ou como "um dado" através do qual podemos nos *aproximar* da "realidade do crime", ou, mais precisamente, como querem os etnometodólogos, dos processos de criminalização empregados pelas instituições encarregadas de identificar e punir os prováveis criminosos.

Portanto, as estatísticas, assim como os mapas, os gráficos e as histórias que as pessoas contam - seja através de entrevistas, autobiografias e ficção -, constituem representações da realidade social que podem igualmente serem analisadas pelos cientistas sociais.

<sup>32</sup> FOSTER, Peter and KENNEFORD, Celia. "Sociological Theory and the Sociology of Literature". *The British Journal of Sociology*. Vol. 24, n. 3, sep., 1973.

Com isso, queremos dizer que, apesar das suas especificidades, a literatura é para as ciências sociais um objeto legítimo, uma vez que se trata de uma produção humana<sup>32</sup>. A questão principal é como abordá-la. Dito de outra forma, a análise social ou histórica das obras literárias não é, por natureza, reducionista ou realista, os "problemas" que ela nos traz fazem parte de todas as considerações a respeito das diversas fontes de dados que temos à nossa disposição.

Concordando com as ponderações dos teóricos da literatura, diríamos que a autobiografia e as obras de ficção não devem ser identificadas com *um certo tipo de documento*, ou melhor, não devem ser analisadas como se ali estivesse registrada "a verdade dos fatos"; mas não há dúvida de que elas são, sim, *um documento de como certas pessoas interpretaram o mundo e as relações sociais* e um registro das questões que consideraram mais relevantes. Elas são um documento da experiência subjetiva dos escritores com um determinado tempo, espaço e valores. Segundo Brown, "*as society can be seen as a factual text, so fictional texts can be viewed as social-symbolic acts, as representations of possible selves and societies*"<sup>33</sup> (1987: 143).

Artigo recebido para publicação em agosto de 1999

<sup>33</sup> BROWN, Richard Harvey. "Narrative Fiction as Social Text", in: *Society as Text: Essays on Rhetoric, Reason and Reality*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.